



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**RODRIGO PEREIRA ALVES**

**EVIDENCIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:  
Cumprimento dos Requerimentos dos Padrões Cosif e IFRS pelas instituições  
Financeiras**

**Brasília – DF**

**2014**

**RODRIGO PEREIRA ALVES**

**EVIDENCIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:  
Cumprimento dos Requerimentos dos Padrões Cosif e IFRS pelas instituições  
Financeiras**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito à conclusão do Curso de Ciências Contábeis.

Orientador: Dr. José Alves Dantas

Linha de pesquisa: Derivativos

Área: Mercado Financeiro

**Brasília-DF**

**2014**

ALVES, Rodrigo Pereira

Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos – Cumprimento dos  
Requerimentos dos Padrões Cosif e IFRS pelas Instituições Financeiras

Folhas 32 f.

Orientador: Dr. José Alves Dantas

Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Faculdade de  
Economia, Administração e Contabilidade (FACE). Universidade de Brasília  
(UnB), 2/2013.

1.Derivativos 2. Instrumentos Financeiros 3. Bancos 4. Normas 5.  
Evidenciação I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade –  
FACE/UnB II.

## RESUMO

O presente estudo teve por propósito identificar o cumprimento dos requerimentos de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos pelas instituições financeiras brasileiras, de acordo com o padrão IFRS e do Cosif. Para tanto se realizou uma pesquisa descritiva, utilizando o método de análise documental dos demonstrativos financeiros das instituições bancárias, no período de 2010 a 2012. Posteriormente foi feita uma verificação do grau de atendimento aos padrões e IFRS Cosif por essas entidades. O estudo observou alta variabilidade no grau de atendimento às normas, alguns itens dos requerimentos de evidenciação possuíram um grau de evidenciação superior a outros, o padrão IFRS apresentou uma média de atendimento superior ao Cosif e se constatou baixo nível de conformidade às normas em todo período da pesquisa.

**Palavras-chave:** Derivativos; Instrumentos Financeiros; Instituições Financeiras; Normas; Evidenciação.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	9
2.1 Caracterização dos Derivativos.....	9
2.2 Surgimento dos Derivativos.....	9
2.3 Derivativos e o Mercado Financeiro .....	10
2.4 Utilização de Derivativos no Brasil .....	10
2.5 Órgãos Reguladores do Mercado Financeiro e de Capitais no Brasil.....	12
2.6 Evidenciação Contábil das Operações com Derivativos .....	13
2.6.1 - Normas do Cosif .....	13
2.6.2 – International Financial Reporting Standard (IFRS) 7.....	16
2.7 Pesquisas sobre evidenciação de Derivativos.....	19
3 PROCEDER METODOLÓGICO .....	20
3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa.....	20
3.2 Procedimentos de coleta e análise de dados .....	20
4 ANÁLISES E RESULTADOS .....	22
4.1 Grau de evidenciação por instituição financeira.....	22
4.2 Análise dos dados agregados .....	25
4.3 Análise em relação aos requisitos de evidenciação.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
REFERÊNCIAS .....	31

## 1. INTRODUÇÃO

As instituições financeiras têm assumido grande relevância no Brasil e no mundo. Por possuírem forte relação com a economia, o sistema financeiro de qualquer país deve ter mecanismos de controle e normas de regulamentação, tendo em vista a importância de sua estabilidade para o desenvolvimento de qualquer nação.

É esse entendimento que justifica o fato de os sistemas financeiros sofrerem forte regulação, inclusive em âmbito internacional. Para dar maior uniformidade e comparabilidade, inclusive, assume particular relevância o papel desempenhado pelo Comitê de Basileia. Esse referido Comitê, constituído inicialmente, conforme Niyama (2009), pelos bancos centrais dos dez países mais ricos do mundo, o G-10, mas que tem abrangência mundial, principalmente em decorrência do processo de internacionalização dos mercados. O Acordo de Basileia reflete uma cooperação das nações para a solidez do sistema bancário.

O Comitê de Basileia tem por objetivo mitigar riscos e contribuir para a liquidez e solvência do sistema financeiro internacional e contribui de certa forma, para a uniformização das normas contábeis aplicáveis aos bancos, com o intuito de permitir uma maior comparabilidade.

Na prática, as informações contábeis das instituições financeiras fazem parte do arcabouço de instrumentos necessários para o desenvolvimento de um ambiente de confiança e de credibilidade – essencial para o funcionamento desse mercado. Além disso, as autoridades governamentais podem identificar possíveis diferenças acerca das normas nacionais e internacionais, no que tange a evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos.

Dada a sua relevância para o acompanhamento da robustez e estabilidade do sistema, o processo de divulgação financeira das instituições bancárias é disciplinado pelos reguladores. No Brasil, elas são obrigadas a elaborar seus demonstrativos financeiros seguindo as determinações do Banco Central do Brasil (BCB). A operacionalização dessas determinações ocorre por meio do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). A partir de 2010, em função das determinações da Resolução nº 3786, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), devido à convergência das normas internacionais de contabilidade e ao fato dessas instituições transacionarem valores mobiliários no exterior, as demonstrações contábeis também são publicadas de acordo com as normas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), editadas pelo *International*

*Accounting Standards Board (IASB)*<sup>1</sup>. A convergência das normas internacionais permitiu uma maior padronização e facilita a comparação das informações contábeis. Ela surge da necessidade dos mercados de capitais obterem uma informação mais acurada para seus investidores. Esses mercados transacionam valores mobiliários de diversos países que possuem diferentes procedimentos contábeis.

A existência de dois padrões contábeis distintos para a elaboração dos demonstrativos financeiros impacta na forma como são evidenciadas as operações realizadas. Há uma preocupação especial com a forma como instrumentos financeiros complexos, cada vez mais comuns no mercado financeiro são divulgados. Entre esses instrumentos destacam-se os chamados instrumentos financeiros derivativos.

A era da informatização e da geração de dados e informações em tempo real, permitiu a expansão das transações financeiras de forma global, que propiciou o crescimento do comércio internacional. Os derivativos, assim como outros instrumentos financeiros se multiplicaram rapidamente nesse período.

Na opinião de Niyama (2009), o termo derivativo pode ser conceituado como um contrato cujo valor deriva, ou seja, está atrelado ao preço de outro ativo, que pode ser: bem tangível (produtos agrícolas), bem intangível (ações), uma taxa de referência (SELIC, dólar, etc.) ou índices (Ibovespa). Esses derivativos são negociados em diferentes mercados: futuro, de opções, de swaps e a termo. As instituições financeiras se utilizam de derivativos para se proteger de oscilações de preços e taxas.

O governo tem buscado regulamentar os valores mobiliários negociados na BM&FBovespa e também evidenciá-los de uma forma mais transparente. Os derivativos são instrumentos muito flexíveis, dessa forma podem ser usados para diversas finalidades.

Considerando esse contexto, o presente estudo tem por objetivo identificar o cumprimento dos requerimentos de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos pelas instituições financeiras brasileiras, de acordo com o padrão IFRS e do Cosif. Para o alcance desse objetivo serão analisadas as demonstrações financeiras de 2010 a 2012 dos dez maiores bancos brasileiros.

Esse trabalho encontra relevância devido à complexidade dos derivativos e seu impacto nas instituições financeiras. Interessa, portanto, tanto aos reguladores do sistema

---

<sup>1</sup>Art. 1º da resolução nº 3786 de 24 de setembro de 2009 emitida a seguinte disposição sobre demonstrações contábeis: As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os

financeiro quanto aos investidores e aos demais usuários das demonstrações financeiras, que precisam compreender o modo como os bancos estão atuando no mercado de derivativos, ou seja, qual a sua efetiva exposição a riscos.

Além dessa parte introdutória, que contextualiza o tema e define o propósito e o alcance da pesquisa, o presente estudo contempla: a revisão de literatura sobre o tema, incluindo a caracterização dos derivativos e seu surgimento, sua utilização e regulação no Brasil e as normas contábeis que se aplicam a esses instrumentos financeiros, a seção inclui também descrição de pesquisas a respeito da evidenciação de derivativos (Seção 2); a descrição dos procedimentos metodológicos para a realização dos testes empíricos (Seção 3); a análise e a discussão dos resultados (Seção 4); e as considerações finais, considerando o cotejamento entre as referências teóricas e as evidências empíricas apuradas (Seção 5).

---

pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation)



## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Caracterização dos Derivativos**

A *International Accounting Standard* (IAS) 32 define os derivativos como instrumentos financeiros que criam direitos e obrigações para as partes envolvidas na transação, tendo a capacidade de transferir para os agentes envolvidos os riscos financeiros. O pronunciamento ilustra alguns tipos de derivativos como: opções, swaps, contratos futuros e a termo.

Segundo Borghi e Farhi (2009) afirmam que os derivativos permitem negociar, no presente, o valor futuro de um ativo. Os mercados que envolvem esse tipo de investimento se constituem por um jogo de soma zero, ou seja, as quantias perdidas por uns representam ganhos para outros.

Segundo Lopes et al. (2011, p.16)

O derivativo é um instrumento financeiro ou outro contrato com as seguintes características: A) Seu valor se altera em resposta as mudanças de uma taxa de juros especificada, do preço de um instrumento financeiro, do preço de *commodities*, de taxas de câmbio, de um índice de preços ou taxas, de *rating* de crédito ou índice de crédito, ou outras variáveis, selecionadas no caso de variáveis não financeiras não relacionadas a uma parte do contrato. B) Não requer investimento inicial líquido ou requer um investimento inicial líquido que é menor do que seria necessário no caso de outros contratos com respostas similares às mudanças nos fatores de mercado. C) Será liquidado em data futura.

Uma das características dos derivativos, é o baixo investimento inicial. No entanto, Lopes et al. (2011) destacam alguns custos operacionais que devem ser incluídos no valor das operações, como taxas de emolumentos, registro, permanência e de liquidação.

### **2.2 Surgimento dos Derivativos**

Lopes et al (2011) pormenorizam que o nascimento dos mercados de derivativos está ligado aos inúmeros problemas sazonais dos produtos agrícolas e dos riscos financeiros da mesma atividade, tendo em vista que as colheitas se concentravam num determinado período e a demanda ocorria em um período distinto. Com o passar do tempo, essas operações passaram a ser feitas num local organizado, que seria a Bolsa de Mercadorias e Futuros. A palavra Bolsa tem origem na cidade de Brugues na Bélgica em 1487, sendo que eram feitas

reuniões de negócios mercantis na casa da família Van Der Burse, onde havia um brasão com um escudo de 3 bolsas.

Figueiras (2008) aponta que há indícios que indicam para o surgimento dos derivativos na Holanda, entre 1634 e 1637. Naquela época houve um rápido enriquecimento das pessoas que trabalhavam com tulipas, pelo fato de serem plantas caras e terem uma demanda garantida. Com uma vertiginosa elevação de preços, começaram a circular contratos em que certas pessoas se comprometiam a vender a planta por um preço fixo, num determinado período. Posteriormente o número desses papéis cresce e as pessoas que os possuíam resolveram vender repentinamente, o preço cai gerando uma crise na região.

No que se refere à utilização de derivativos no Brasil, Lopes et al (2011) destacam que os instrumentos financeiro derivativos começaram a ser utilizados como instrumentos de hedge (proteção) e especulação, primeiramente por instituições financeiras e posteriormente por outros ramos de atividades. A partir da década de 1980 houve a consolidação dos instrumentos financeiros assim como o desenvolvimento da administração financeira. O surgimento da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) ilustra esse fenômeno.

### **2.3 Derivativos e o Mercado Financeiro**

Lopes et al. (2011) afirmam que o mercado financeiro é definido como um mecanismo que permite reunir os instrumentos e agentes com o intuito de propiciar alternativas de captação e alocação de recursos. Por meio do mercado financeiro a economia de um determinado país pode ser mais efetiva. Segundo Lopes et al. (2011) o mercado financeiro pode ser dividido em:

- Mercado de Crédito: processam-se as transferências de recursos que são alocados de acordo com os interesses dos intermediários financeiros, o risco dessas operações é da instituição financeira.
- Mercado de Capitais: por meio da intermediação de um agente financeiro que liga as empresas com seus investidores, através de instrumentos de dívida ou patrimoniais, o risco é diversificado entre os interessados nas transações.

### **2.4 Utilização de Derivativos no Brasil**

Niyama (2009) apresenta as principais operações que envolvem os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelos bancos brasileiros:

- No mercado a termo, as partes definem um acordo de compra e venda de um determinado ativo, para entrega numa data futura, por um preço pré-estabelecido, sendo tais operações realizadas no mercado de balcão (fora da bolsa de valores) ou na bolsa de valores.
- No mercado futuro, diferentemente do mercado a termo são exigidos os ajustes diários (nivelamento de preços) e o contrato é liquidado na maioria das vezes sem a entrega física do bem. As partes pactuantes não se relacionam entre si, mesmo após a operação ser concluída, pois a câmara de compensação é que ficará incumbida dessa liquidação e acerto entre as contrapartes.
- No mercado de opções, existe um prêmio para adquirir o contrato, nesse caso, na liquidação o titular tem a opção de compra/*call* ou de venda/*put*. Essas opções permitem que o comprador ou titular possam exercer o direito de vender ou comprar o bem que foi celebrado no contrato.
- Operações de *swap* são contratadas pelas partes que precisam trocar seu fluxo de caixa. Na prática, as empresas buscam harmonizar com essa operação os impactos das oscilações dos valores que foram previstos nos seus fluxos de caixa.

No Brasil, os derivativos das instituições financeiras são negociados na BM&FBovespa e no mercado de balcão. Cavalcante (2003) pondera que a BM&F foi criada em 31 de janeiro de 1986, se fundindo com a Bovespa em 9 de maio de 1991. Atualmente essa Bolsa está integrada às maiores bolsas do mundo, o que permite que produtos e investimentos sejam negociados. Vale ressaltar que os instrumentos financeiros derivativos não são negociados exclusivamente nas bolsas de valores, tendo em vista que os mesmos podem também ser negociados no mercado de balcão, ou seja, fora das bolsas.

Segundo Cavalcante (2003, p.136):

A principal função da BM&FBovespa é o de efetuar o registro, a compensação e a liquidação física e financeira das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico. Para tanto, deve desenvolver, organizar um mercado de derivativos livre e transparente, que proporcione aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem operações de *hedging* contra as flutuações de preço de *commodities* agropecuárias, índices, taxas de juros, moedas e metais, bem como de todo e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza possa influenciar negativamente suas atividades.

No Brasil o mercado de instrumentos derivativos, por sua complexidade e regulação, envolve uma série de agentes econômicos. Niyama (2009, p.95) pondera que “os principais integrantes desse mercado são a autoridade monetária, as instituições financeiras e não

financeiras, bolsas de valores, de mercadorias e de futuros e as centrais de liquidação e de custódia de títulos”.

Niyama (2009) destaca também que a utilização de derivativos por parte das instituições financeiras brasileiras, ocorre de duas formas. Os *hedgers* utilizam esses instrumentos financeiros como forma de obter proteção contra variações positivas ou negativas de preços. Os especuladores, por outro lado, assumem os riscos dos *hedgers*, visando obter o maior lucro possível.

O material disponibilizado pela BM&FBovespa mostra que as empresas brasileiras investem em derivativos pelos seguintes motivos:

- Hedge: funciona como um seguro de preço, dessa forma protege o usuário contra oscilações em moedas, taxas ou preços;
- Alavancagem: o índice de alavancagem é alta ao utilizar esse instrumento financeiro, porque o custo de adquiri- lo é baixo comparado a aquisição do mesmo ativo à vista;
- Especulação: nesse caso o especulador visa auferir o maior lucro possível, observando a tendência de preços no mercado; e
- Arbitragem: utilizado quando o usuário se aproveita da discrepância de preços de um mesmo produto negociado em mercados diferentes.

## **2.5 Órgãos Reguladores do Mercado Financeiro e de Capitais no Brasil**

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelas empresas são regulamentados por determinadas entidades que tem a incumbência de agir como órgãos reguladores do mercado financeiro e de capitais. O governo estabelece, por meio dessas entidades, determinados critérios para que as operações com derivativos possam ser realizadas. Nesse sentido, as instituições financeiras se sujeitam a certas regras e ao controle dos órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Eizirik (2008) afirma que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pode criar regras diferenciadas para as empresas de capital aberto e emissoras de valores mobiliários (representado por ações, derivativos, títulos e outros instrumentos). A CVM pode estabelecer regras sobre a natureza e periodicidade das informações: sobre demonstrações financeiras, relatórios e pareceres da auditoria, e outros. De modo geral, essas alterações exercem influência nos instrumentos financeiros, como os derivativos. As modificações nessa legislação visam dar uma maior transparência nos demonstrativos financeiros das empresas.

Sobre a regulamentação das instituições financeiras e do mercado de instrumentos financeiros, Niyama (2009) destaca uma série de entidades que têm a incumbência de legislar e organizar esse mercado e os bancos brasileiros.

Niyama (2009) destaca, entre as atribuições da CVM, a responsabilidade por fiscalizar as companhias abertas, decretar recesso das bolsas de valores, divulgar informações com o intuito de orientar os participantes do mercado e registrar os valores que são negociados nas bolsas e nos mercados de balcão.

No que se refere ao BCB, Niyama (2009) destaca que tem por função básica controlar a oferta de moeda e de crédito e executar a política monetária e cambial, sendo responsável por fiscalizar as instituições financeiras e suas operações, bem como aplicar as respectivas sanções e receber os depósitos compulsórios dos bancos. O BCB exerce constante vigilância nos mercados financeiros e de capitais e nas empresas que atuam nesse mercado. Do ponto de vista contábil, o BCB estabelece procedimentos de contabilização para as instituições financeiras, por meio do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Em relação ao CMN, trata-se de órgão colegiado, formado pelo Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central, tem por função básica, segundo Niyama (2009), expedir resoluções para o bom funcionamento do sistema financeiro nacional.

## **2.6 Evidenciação Contábil das Operações com Derivativos**

### **2.6.1 - Normas do Cosif**

As normas contábeis para as instituições financeiras são padronizadas através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). O capítulo normas básicas, item 1 da seção 35 - Instrumentos financeiros, destaca alguns pontos sobre a caracterização dos referidos instrumentos.

Segundo a norma, um instrumento financeiro dá origem a um ativo financeiro para uma organização e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio pra outra organização. Um Ativo financeiro poder ser representado por dinheiro, instrumento de capital de outra entidade, direito contratual e contrato que possa ou não ser liquidado com instrumento de capital próprio, enquanto um passivo financeiro é representado por uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo ou contrato que possa ou não ser

liquidado com instrumento de capital próprio.

O Cosif ilustra situações em que ocorrem a venda ou transferência de ativos financeiros. A questão do risco e benefício deve ser avaliada, a empresa deve observar se é identificável a clara transferência dos riscos e benefícios. Isso vai influenciar a categoria que a operação será classificada. Além disso, as entidades devem evidenciar essas informações nas notas explicativas se as operações efetuadas se efetivaram com a transferência dos riscos e benefícios.

O Cosif preceitua que com relação às operações de derivativos de crédito as instituições podem realizar swap de crédito ou da taxa de retorno total, sendo vedado realizar operações de opções com derivativos de crédito e entre pessoas físicas ou jurídicas controladas ou coligadas. As instituições financeiras também podem realizar operações de derivativos no mercado de balcão.

O fato dos bancos poderem operar também fora das bolsas de valores permite ao instrumento financeiro derivativo possuir uma maior variabilidade e versatilidade. Contribuindo dessa forma para a dinâmica econômica das entidades que o utilizam. Além disso, com a dinâmica capitalista e o acentuado processo de globalização, se faz necessário que as entidades tenham um instrumento flexível que atenda às novas necessidades de mercado.

O item 1.4.4 do COSIF elenca normas para as operações com instrumentos financeiros derivativos realizados por conta própria pelas instituições financeiras:

- a) nas operações a termo é registrado na data da operação o valor contratado menos a diferença entre esse valor e o preço do bem ou direito, as receitas e despesas são registradas na ocasião dos balanços e balancetes mensais por ocasião dos balancetes mensais e balanço;
- b) nas operações envolvendo opções deve ser registrado o valor dos prêmios pagos ou recebidos;
- c) nas operações no mercado futuro os ajustes diários devem ser registrados em contas patrimoniais, sendo a apropriação levado a resultado por ocasião dos balancetes mensais e balanços;
- d) nas operações de swap o diferencial a receber ou pagar deve ser registrado em contas patrimoniais, sendo a apropriação levada a resultado por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

A norma afirma que as operações envolvendo os instrumentos financeiros

derivativos devem ser registradas em contas patrimoniais, de acordo com as características inerentes da operação. O normativo também estabelece que as referidas operações também devam ser registradas em contas de compensação.

Esse fato ilustra um importante avanço da contabilidade no sentido de evidenciação e de transparência da informação com seus usuários, tendo em vista que anteriormente as operações não eram evidenciadas no balanço, o que impedia uma correta tomada de decisão pelos gestores e investidores. A obrigatoriedade de publicação faz com que a tomada de decisão possa ser mais eficaz, na medida em que a informação esta divulgada de forma mais clara.

De acordo com o Cosif, item 1.4.4.10 , o termo hedge indica uma operação na qual determinada entidade compensa de forma total ou parcial as variações no valor de mercado ou do fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo ou transação futura prevista. A empresa possui duas opções para classificar o hedge:

- a) Risco de Mercado: compensam riscos decorrentes da variação pelo valor de mercado do objeto vinculado à operação;
- b) Fluxo de Caixa: compensam variações no fluxo de caixa da entidade.

O Cosif destaca que os derivativos classificados como hedge devem ser ajustados no mínimo com periodicidade mensal, na publicação dos balancetes e balanços, devendo ficar claramente evidenciado pela instituição financeira o risco objeto de hedge.

Quanto aos requerimentos de evidenciação em relação aos instrumentos financeiros derivativos, o Cosif prevê, no mínimo, os especificados no Quadro 1.

**Quadro 1:** Resumo dos requerimentos de evidenciação para operações com derivativos, de acordo com o COSIF

CO 1	Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos (local de negociação, faixas de vencimento, indexador de referência e contraparte)
CO2	Estratégias de gerenciamento de riscos e os resultados obtidos com relação aos objetivos propostos, principalmente a política de <i>hedge</i> e controles internos.
CO3	Critérios de mensuração, avaliação e métodos utilizados na apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros.
CO 4	Os valores classificados nas contas de ativo, passivo e compensação segregada por risco, estratégia de atuação no mercado e categoria. A entidade também deve classificar os valores registrados com objetivo de <i>hedge</i> e de negociação.
CO 5	Ganhos e perdas decorrentes da utilização dos instrumentos financeiros, destacando o valor registrado no resultado e no patrimônio líquido. Assim como o valor líquido estimado dos ganhos e perdas destacado em conta do patrimônio líquido que se espera ser reconhecido nos próximos 12 meses.
CO 6	Principais transações e compromissos futuros objeto de <i>hedge</i> de fluxo de caixa, o prazo para o previsto reflexo financeiro deve ser destacado.
CO 7	Os valores e os tipos de margens dadas em garantia.
CO 8	Informações referentes as operações de transferência de ativos financeiros. A organização deve divulgar se a transferência dos riscos e benefícios ocorreu de forma total ou parcial. Também deve ser evidenciado a natureza dos mesmos nos quais a instituição continua exposta e os valores contábeis dos ativos financeiros segregados por categoria.
CO 9	Sobre as operações envolvendo derivativos de crédito: objetivos, políticas e estratégias da entidade; volume de risco de crédito recebido ou transferido e segregação entre <i>swap</i> de crédito e <i>swap</i> de taxa de retorno total.

## 2.6.2 – International Financial Reporting Standard (IFRS) 7

A IFRS 7, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), define os procedimentos para a evidenciação de instrumentos financeiros. De acordo com essa norma, as entidades devem divulgar informações para que os usuários das informações contábeis possam avaliar o impacto dos instrumentos financeiros derivativos na posição financeira da empresa, incluindo a obrigatoriedade da utilização das notas explicativas para divulgar tais informações.

A norma destaca que os instrumentos financeiros podem ser classificados 6 categorias. Contudo, se forem derivativos, devem ser classificados na categoria mantidos para negociação. O IFRS 7 elenca tais categorias:

- (a) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial e (ii) os classificados como mantidos para negociação, de acordo com o IAS 39; (b) mantidos até o vencimento; (c) empréstimos e recebíveis; (d) disponíveis para venda; (e) passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial e (ii) os classificados como mantidos para negociação de acordo com o IAS 39; e (f) passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.



Com relação aos instrumentos financeiros. A norma também estabelece que a organização deve divulgar os métodos usados para mensurar as variações no valor justo que ocorreram no período e alterações nas taxas de juros, preço de mercadorias, taxas de câmbio entre outros que geram riscos que impactam nos instrumentos financeiros.

As reclassificações são permitidas, no entanto a entidade deve divulgar o montante que foi reclassificado e a nova categoria no qual o mesmo foi inserido. Além disso, deve ser divulgado o motivo que levou a organização a fazer a reclassificação.

As instituições financeiras podem utilizar os instrumentos derivativos com o intuito de hedge (proteção), devido aos riscos inerentes à sua atividade operacional. Tal fato deve ser evidenciado nas notas explicativas das referidas instituições. A IFRS 7 elenca que para os derivativos utilizados com esse intuito, a entidade deve divulgar: a natureza dos riscos cobertos; os valores justos dos derivativos destinados a hedge; descrição de cada tipo de risco. Caso o derivativo seja classificado como hedge de fluxo de caixa, a entidade deve divulgar os períodos que se espera ocorrer o fluxo de caixa.

A organização deve divulgar os ganhos e perdas dos derivativos classificados como hedge de valor justo. Os derivativos também devem ser divulgados na demonstração do resultado abrangente.

Embora as normas internacionais preceituem a utilização do valor justo para como método para mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, a IFRS 7 destaca que caso o derivativo não seja cotado em mercado ativo, porém seu custo pode ser mensurado de forma confiável, pode ser usado o método do custo em detrimento do valor justo. A entidade deve evidenciar de forma clara os métodos utilizados para determinação do valor justo.

Com relação à natureza e a extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos, a entidade deve divulgar os riscos devido a utilização desses instrumentos. Tipicamente a norma pede para divulgar informações referentes ao risco de crédito, de mercado e de liquidez, porém a entidade não precisa se limitar a esses três riscos elencados. A norma destaca que a organização deve divulgar informações quantitativas e qualitativas referente ao risco.

Como qualquer ativo, as transferências e o processo de reconhecimento dos derivativos negociados pelas instituições financeiras devem ser levado em conta a transferência parcial ou total dos riscos e benefícios.

Em resumo, quanto aos requerimentos de evidenciação relativos às operações com instrumentos financeiros derivativos, a IFRS 7 prevê, no mínimo, os especificados no Quadro

2.

**Quadro 2:** Resumo dos requerimentos de evidenciação das operações com derivativos, de acordo com a IFRS 7

IF 1	Os valores contábeis para as seguintes categorias: (A) ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado, segregando os designados como tal e os classificados para negociação;(B) mantidos até o vencimento; (C) empréstimos e recebíveis; (D) disponíveis para a venda (E) passivos financeiros avaliados pelo valor justo por meio do resultado, segregando os designados como tal e os classificados para negociação (F) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
IF 2	Os valores dos derivativos de crédito associados aos empréstimos e recebíveis. e qualquer alteração no valor justo dos derivativos de crédito.
IF 3	Se a entidade tiver efetuado a reclassificação (pelo custo em detrimento do valor justo ou vice-versa) de um ativo financeiro, deve ser evidenciado o montante que foi reclassificado e o motivo que levou a alteração de categoria.
IF 4	Os ativos financeiros dados em penhor para garantia de ativos ou passivos contingentes.
IF 5	A existência de instrumentos financeiros compostos com múltiplos derivativos embutidos.
IF 6	Na Demonstração do Resultado Abrangente a organização deve divulgar os ganhos ou perdas líquidas nos instrumentos classificados nas categorias: (A) ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado, segregando os designados como tal e os classificados para negociação;(B) mantidos até o vencimento; (C) empréstimos e recebíveis; (D) disponíveis para a venda (E) passivos financeiros avaliados pelo valor justo por meio do resultado, segregando os designados como tal e os classificados para negociação (F) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
IF 7	Os instrumentos financeiros classificados como instrumento de hedge e seu valor justo no final do exercício, assim como a natureza dos riscos a serem detectados. Também deve ser publicada a política de gestão de risco.
IF 8	Para os hedges de fluxo de caixa, os períodos previstos para afetar o lucro ou os fluxos de caixa, e a quantia registrada em outros resultados abrangentes.
IF 9	Deve se segregado separadamente em hedges de valor justo, os ganhos e perdas dos instrumentos de cobertura e nos itens coberto atribuível ao risco coberto.
IF 10	Para cada classe de ativos e passivos financeiros, deve ser publicado o valor justo e o valor contábil a fim de permitir a comparabilidade.
IF 11	Com relação à mensuração dos instrumentos financeiros, a entidade deve observar as três hierarquias para a obtenção do valor justo. Caso o instrumento financeiro não seja cotado em mercado ativo, a entidade deve divulgar a metodologia usada para avalia-lo.
IF 12	Para cada classe de instrumento financeiro a entidade deve evidenciar a exposição máxima ao risco de crédito, garantias e análise dos prazos dos ativos financeiros que estão vencidos.
IF 13	Com relação ao risco de liquidez a entidade deve divulgar uma análise dos prazos dos passivos financeiros.
IF 14	Sobre o risco de mercado, uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado, assim como os métodos utilizados para elaboração dessa análise.
IF 15	Com relação às operações envolvendo transferência de ativos financeiros, a organização deve divulgar o novo montante em cada categoria e os riscos nos quais a organização continua exposta e se continua a reconhecer os ativos transferidos.

## **2.7 Pesquisas sobre evidenciação de Derivativos**

Morozini et al (2004) apresentaram um estudo comparativo das normas nacionais e internacionais sobre derivativos, concluindo que as instituições financeiras evidenciam os derivativos em contas de compensação, enquanto para as companhias abertas a divulgação foi feita por meio das notas explicativas. Além disso, a pesquisa observou a existência de derivativos fora do balanço, o que traz sérias implicações para o usuário externo. É esperado que a adoção dos padrões internacionais de contabilidade tenha resolvido esse tipo de problema.

Darós e Borba (2005) publicaram um estudo sobre evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis. Foi observada na amostra das vinte maiores empresas brasileiras, se as mesmas cumpriam as determinações da Instrução Normativa nº 235 da CVM, de 23 de março de 1995. Os pesquisadores concluíram, após análise das demonstrações contábeis, que a maioria delas não cumpriu as determinações normativas. As principais divergências entre a referida norma e o que foi divulgado pelas empresas estão na ausência da avaliação dos derivativos a preços de mercado e na falta de controle do risco de mercado, câmbio e crédito.

Fonsechi (2011) apresentou um estudo sobre a divulgação de informações sobre derivativos no Brasil e a percepção de analistas e auditores, tendo por objetivo confrontar a percepção dos auditores e dos analistas de mercado sobre a evidenciação de operações envolvendo derivativos com o nível de evidenciação das referidas operações nas demonstrações contábeis das empresas listadas na BM&FBovespa. A metodologia usada foi a aplicação de questionários para analistas e auditores, com o intuito de analisar a percepção desses usuários sobre a evidenciação das informações sobre derivativos. O estudo concluiu que as empresas não atendem a todos os requerimentos de evidenciação.

### **3 PROCEDER METODOLÓGICO**

#### **3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa**

O método de pesquisa envolve certas características: o trabalho terá um nível de análise setorial, por se tratar de uma amostra de empresas do setor bancário brasileiro; o recorte temporal será transversal com perspectiva longitudinal, pois os dados de um período passado serão coletados no presente.

A população envolvida no estudo foi de 157 instituições financeiras, registradas no BCB em setembro de 2013. A amostra escolhida foi composta pelas dez maiores instituições financeiras, seguindo o critério de ativos totais. Apesar de a amostra ser pequena em relação ao número total de bancos, em termos relativos a mesma representa 85% do ativo total do total do sistema financeiro, de acordo com o ranking das 50 maiores instituições financeiras, segundo o BCB.

O período de 2010 a 2012 se justifica pelo fato de coincidir com a mesma periodicidade da Resolução nº 3786 do CMN, que obriga as entidades envolvidas no estudo a publicar suas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais.

A escolha dos padrões de divulgação Cosif e IFRS para as demonstrações contábeis dos bancos, se explica pelo fato dos bancos serem obrigados a publicar dessas duas formas, de acordo com a legislação vigente.

#### **3.2 Procedimentos de coleta e análise de dados**

Os demonstrativos financeiros foram obtidos do material institucional dos sites oficiais de cada instituição financeira. Serão analisados os demonstrativos financeiros consolidados no padrão das normas do Cosif e das IFRS, incluindo as notas explicativas.

Posteriormente será realizada a comparação entre o que foi divulgado por cada instituição financeira e os requerimentos do Cosif e do IFRS, previstos nos Quadros 1 e 2, visando verificar o atendimento ou não às exigências das referidas normas. Logo, o trabalho para atingir o objetivo proposto é realizado uma análise de conteúdo das demonstrações contábeis de cada instituição, observado o período de 2010-2012.

O trabalho será realizado utilizando a técnica de pesquisa documental. A pesquisa documental, segundo Rampazzo (2005), recebe este nome pelo fato dela se basear na pesquisa

de documentos primários. Tais dados podem ser encontrados em arquivos, fontes estatísticas entre outros. As fontes primárias podem ser escritas e não escritas.

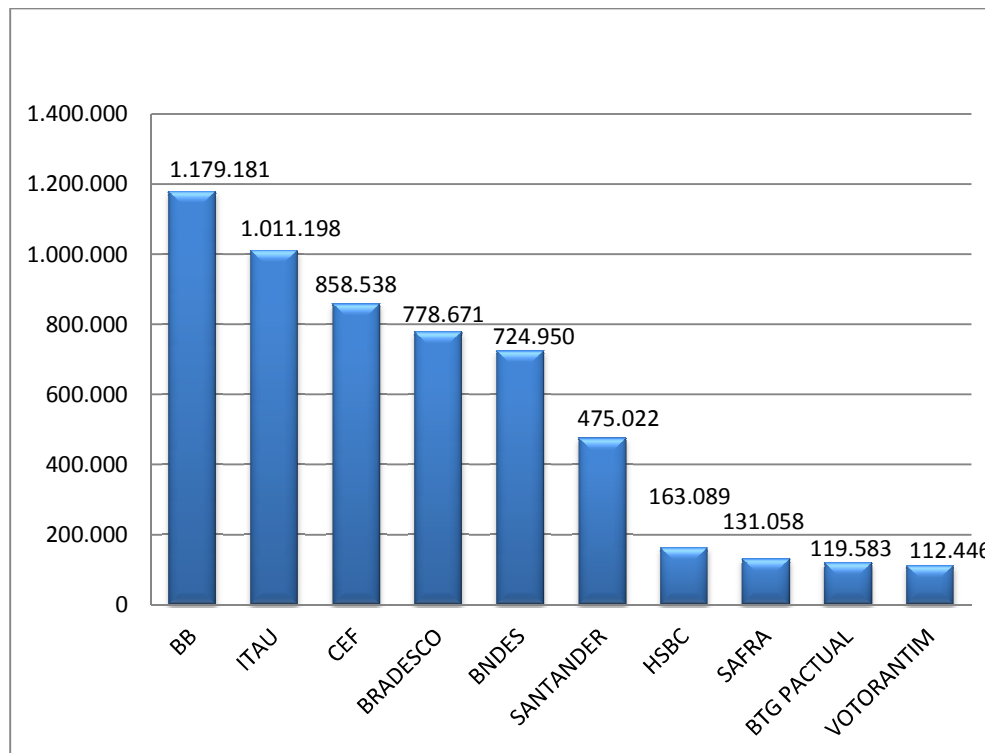
Considerando o objeto do estudo e as particularidades envolvidas acerca dos derivativos, o tipo de pesquisa será descritivo. Na opinião de Rampazzo (2005), a pesquisa descritiva busca correlacionar e analisar fatos ou variáveis, entretanto sem manipulá-los, nesse caso não ocorre interferência do pesquisador nos dados da pesquisa. Esse autor ainda pondera que esse tipo de pesquisa objetiva verificar a precisão com que um fenômeno ocorre, e a sua relação com demais fenômenos. A pesquisa descritiva é muito usada nas ciências sociais.

Com relação à análise dos dados contidos nos demonstrativos financeiro será atribuído uma pontuação dividida em 3 categorias para os itens das normas do IFRS e do Cosif: 1(atendimento total), 0,5(atendimento parcial) e 0(sem atendimento). A partir dessas pontuações será construído tabelas e gráficos.

## 4 ANÁLISES E RESULTADOS

O Gráfico 1 ilustra as dez maiores instituições financeiras, de acordo com o critério de ativos totais. Os dados foram extraídos do ranking TOP 50 do BCB e se referem ao balancete de setembro de 2013.

**Gráfico 1:** Dez maiores instituições financeiras brasileiras, por ativos totais (em milhares de reais)



### 4.1 Grau de evidência por instituição financeira

A análise dos demonstrativos financeiros dos bancos integrantes da amostra e a comparação com os requisitos de evidência de acordo com os padrões Cosif e IFRS são apresentadas na Tabela 1. O valor percentual expressa o grau de atendimento aos parâmetros de evidência, logo quanto maior a porcentagem, maior é o nível de cumprimento da norma.

**Tabela 1:** Nível de divulgação do padrão COSIF e IFRS

Instituições Bancárias	Ano-base Demonstração	Nível de divulgação Cosif	Nível de divulgação IFRS
BB	2010	61,11%	50,00%
	2011	66,67%	66,67%
	2012	72,22%	73,33%
ITAU	2010	50,00%	56,67%
	2011	50,00%	56,67%
	2012	61,11%	76,67%
CEF	2010	50,00%	63,33%
	2011	50,00%	63,33%
	2012	66,67%	66,67%
BRADESCO	2010	61,11%	56,67%
	2011	61,11%	50,00%
	2012	66,67%	50,00%
BNDES	2010	33,33%	53,33%
	2011	33,33%	53,33%
	2012	33,33%	53,33%
SANTANDER	2010	61,11%	56,67%
	2011	61,11%	60,00%
	2012	72,22%	73,33%
HSBC	2010	61,11%	60,00%
	2011	61,11%	56,67%
	2012	61,11%	60,00%
SAFRA	2010	38,89%	36,67%
	2011	33,33%	53,33%
	2012	33,33%	60,00%
BTG PACTUAL	2010	44,44%	40,00%
	2011	44,44%	46,67%
	2012	50,00%	43,33%
VOTORANTIM	2010	44,44%	73,33%
	2011	33,33%	73,33%
	2012	44,44%	83,33%

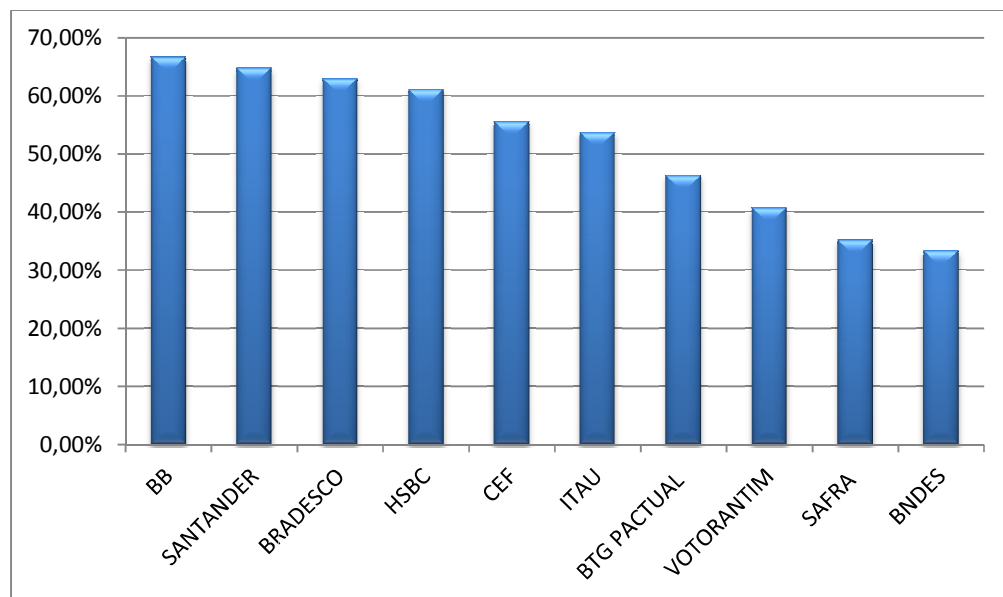
A Tabela destaca que os níveis de evidenciação para cada banco, possuem um alto grau de variabilidade. No ano de 2012, por exemplo, o Banco do Brasil apresentou um nível de evidenciação de 72,22 % enquanto que no mesmo período o Banco Votorantim demonstrou um nível de evidenciação de 44,44 %.

Os resultados ainda indicam que os bancos BTG Pactual, Safra e BNDES possuem baixos níveis de atendimento às normas, tanto considerando o padrão IFRS quando o Cosif. O banco Votorantim apresentou um baixo nível de atendimento às normas apenas com relação

ao padrão Cosif. Uma hipótese para explicar esse fato, seria o porte desses bancos, pois com exceção do BNDES, essas instituições são as que possuem os menores valores em termos de ativos totais, conforme detalhado no Gráfico 1. Logo o menor tamanho desses bancos pode implicar num menor nível de ações negociadas em bolsa e consequentemente uma menor preocupação com as informações prestadas aos acionistas. Por outro lado, possivelmente as maiores instituições financeiras pesquisadas possuem uma maior quantidade de capital negociado nas bolsas, o que implica numa maior quantidade de acionistas e de visibilidade, o que resulta num maior nível de evidenciação.

Os gráficos abaixo ilustram o ranking dos níveis de atendimento as normas no padrão Cosif e IFRS. O valor percentual expressa o grau de atendimento aos parâmetros de evidenciação, logo quanto maior esse valor melhor é o nível de cumprimento da norma.

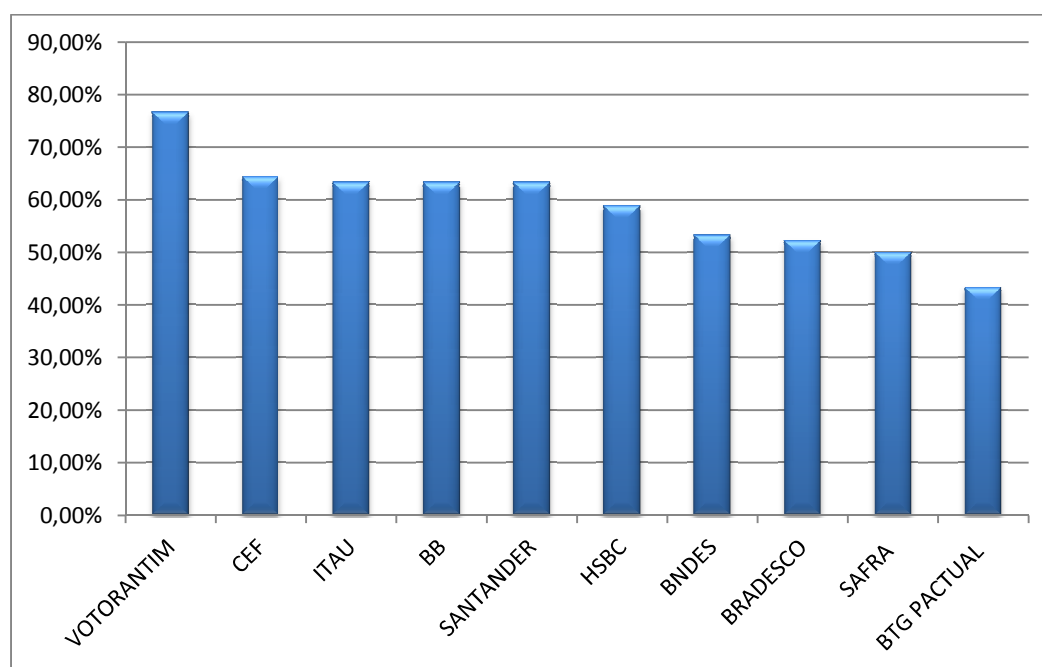
**Gráfico 2 :** Níveis de atendimento as normas do COSIF por instituição Financeira



O gráfico acima ilustra o nível médio de evidenciação nos três períodos da pesquisa. Percebe-se alta variabilidade com relação ao atendimento as normas do Cosif. Merece destaque o Banco do Brasil e o Santander que obtiveram um maior grau de evidenciação com relação aos demais integrantes da amostra.



**Gráfico 3 :** Níveis de atendimento as normas do IFRS por instituição Financeira



O gráfico acima ilustra o nível médio de atendimento, nos três períodos, as normas de acordo com o padrão IFRS. Merece destaque o banco Votorantim que com relação ao Cosif não obteve desempenho satisfatório, entretanto com relação ao IFRS se destacou perante os demais bancos.

## 4.2 Análise dos dados agregados

Discutidos os dados por instituição financeira, são apresentados a seguir os resultados de evidenciação das operações com derivativos pelo conjunto dos bancos envolvidos na pesquisa.

**Tabela 2:** Nível de Evidenciação no padrão Cosif

Ano	2010	2011	2012
Média	50,56%	49,44%	56,11%
Mediana	50,00%	50,00%	61,11%
Desvio Padrão	10,29%	12,95%	14,92%
Máximo	61,11%	66,67%	72,22%
Mínimo	33,33%	33,33%	33,33%

A Tabela 2 destaca um aumento da média de evidenciação das operações com derivativos nas demonstrações elaborados com base no padrão Cosif, apesar do aumento não

possuir grande magnitude, sugerindo que as normas contábeis atuam de forma lenta nos demonstrativos, ou seja, as modificações que os órgãos reguladores fazem demoram certo tempo para que as entidades possam se adaptar e evidenciar aquela nova informação. Além disso, o aumento do nível de evidenciação pode demonstrar que as referidas entidades envolvidas no estudo estão fornecendo um melhor nível de informação para seus usuários. De se ressaltar que o nível médio de evidenciação pode ser considerado baixo, tendo em vista tratar-se de um requerimento normativo, o que não deveria ser objeto de julgamento quanto à evidenciação ou não.

A grande variação entre os valores máximos e mínimos ilustra que nem todos os bancos possuem um nível satisfatório de atendimento as normas do Cosif, o desvio padrão corrobora para tal fato. Nessas instituições, pode estar havendo assimetria de informação, logo os dirigentes e acionistas majoritários podem não estar divulgando informações para que os investidores possam tomar decisões adequadas com base numa contabilidade transparente.

**Tabela 3:** Nível de Evidenciação no padrão IFRS

Ano	2010	2011	2012
Média	54,67%	58,00%	64,00%
Mediana	56,67%	56,67%	63,33%
Desvio Padrão	10,68%	8,04%	12,84%
Máximo	73,33%	73,33%	83,33%
Mínimo	36,67%	46,67%	43,33%

Nos três períodos é possível observar um crescimento na média do nível de evidenciação de acordo com o padrão IFRS. Em 2012 tal nível chegou a 64%, valor superior ao verificado nas demonstrações com o padrão Cosif, que foi de 56,11%. Um maior nível de evidenciação atende a uma das funções básicas da contabilidade, que é subsidiar o processo de tomada de decisão do usuário. Os valores máximos e mínimos muito discrepantes e o considerável desvio padrão evidenciam que alguns bancos ainda não cumprem os requisitos de evidenciação. Tal fato é semelhante ao que ocorreu com o padrão Cosif.

#### **4.3 Análise em relação aos requisitos de evidenciação**

O terceiro bloco de análise se concentra em identificar o grau de atendimento a cada um dos requisitos de evidenciação de operações com derivativos previstos nos Quadros 1 e 2, de acordo com os modelos Cosif e IFRS, respectivamente. Os resultados dessa análise são demonstrados nas Tabelas 4 e 5.

**Tabela 4:** Cumprimento por item de evidenciação Cosif

Ano	2010	2011	2012
CO1	55%	55%	55%
CO2	60%	60%	65%
CO3	80%	80%	80%
CO4	60%	60%	65%
CO5	45%	40%	45%
CO6	35%	35%	45%
CO7	65%	65%	65%
CO8	15%	15%	40%
CO9	40%	35%	45%

**Tabela 5:** Cumprimento por item de evidenciação IFRS

Ano	2010	2011	2012
IF 1	70,00%	70,00%	70,00%
IF 2	45,00%	65,00%	65,00%
IF 3	45,00%	55,00%	55,00%
IF 4	45,00%	40,00%	35,00%
IF 5	40,00%	30,00%	15,00%
IF 6	50,00%	50,00%	65,00%
IF 7	70,00%	65,00%	75,00%
IF 8	15,00%	20,00%	40,00%
IF 9	25,00%	30,00%	40,00%
IF 10	90,00%	90,00%	90,00%
IF 11	100,00%	100,00%	100,00%
IF 12	80,00%	85,00%	85,00%
IF 13	70,00%	85,00%	90,00%
IF 14	55,00%	60,00%	85,00%
IF 15	20,00%	25,00%	50,00%

Com relação aos requerimentos de divulgação previstos no Cosif, foi constatado que os que registram maior grau de atendimento são os seguintes: CO3 – Critérios de mensuração, avaliação e métodos utilizados na apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros; CO 2 – Estratégias de gerenciamento de riscos e os resultados obtidos com relação aos objetivos propostos, principalmente a política de *hedge* e controles internos; CO 4 – Os valores classificados nas contas de ativo, passivo e compensação segregada por risco, estratégia de atuação no mercado e categoria; e CO 7 - Os valores e os tipos de margens dadas em garantia.

Por outro lado, o item CO 8 – Informações referentes as operações de transferência de

ativos financeiros –foi o que obteve menor grau de atendimento as normas, sendo divulgado por apenas 15% das instituições em 2010 e 2011 e 40% em 2012.

Com relação às demonstrações em IFRS, foi constatado que o item IF 11 – Com relação à mensuração dos instrumentos financeiros, a entidade deve observar as três hierarquias para a obtenção do valor justo é o que registrou o maior grau máximo de evidênciação, com atendimento em 100% das instituições e períodos.

Em contrapartida, os menores graus de atendimento aos requerimentos normativos são verificados em relação aos seguintes itens: IF 15 – Com relação as operações envolvendo transferência de ativos financeiros, a organização deve divulgar o novo montante em cada categoria e os riscos nos quais a organização continua exposta e se continua a reconhecer os ativos transferidos; IF8 – Para os hedges de fluxo de caixa, os períodos previstos para afetar o lucro ou os fluxos de caixa, e a quantia registrada em outros resultados abrangentes; e IF 9 – Deve se segregado separadamente em hedges de valor justo, os ganhos e perdas dos instrumentos de cobertura e nos itens coberto atribuível ao risco coberto.

As tabelas mostram que a maioria dos itens que apresentaram um grau de atendimento baixo em relação aos padrões Cosif e IFRS, ao longo do período mostraram uma melhora significativa. O item IF 15, por exemplo, que em 2010 registrava nível de atendimento de 20%, alcançou 50% em 2012. Tal fato pode ser um indicativo de que as instituições pesquisadas estão procurando evidenciar um maior número de informações em seus demonstrativos financeiros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo identificar o cumprimento dos requerimentos de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos, segundo o padrão IFRS e o Cosif. Nesse sentido foi selecionado uma amostra com as dez maiores instituições bancárias, na qual o ativo das mesmas tivessem um valor significativo em relação ao conjunto do sistema financeiro nacional. Posteriormente foi realizado o levantamento do atendimento às normas do Cosif e IFRS, particularmente no que se refere aos requerimentos de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos.

O aludido trabalho constatou alta variabilidade no cumprimento dos requerimentos de evidenciação nos dois padrões de divulgação. Os valores máximos e mínimos, assim como os desvios padrões corroboraram essa afirmação. Esse cenário colabora para ilustrar a existência de assimetria de informação no mercado financeiro. O investidor, principal usuário da informação contábil, pode ser prejudicado, tendo em vista que dependendo da instituição que fosse escolher para aplicar seus recursos, poderia não ter informações claras sobre a exposição a riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos.

Com relação à evidenciação dos instrumentos financeiros, é visível uma gradual tendência de crescimento nos três anos da pesquisa. Tal fato pode indicar que no futuro esses instrumentos poderão possuir um maior grau de evidenciação. Vale destacar que os derivativos, no Brasil, são instrumentos relativamente novos, em termos históricos, e com um alto grau de complexidade, tanto operacional quanto com relação à normatização. Isso não pode ser utilizado como argumento para o não atendimento aos requerimentos de evidenciação, pelo fato de as instituições financeiras serem, em tese, as mais preparadas para lidar com esse tipo de instrumento.

A comparação realizada entre o nível de evidenciação Cosif e IFRS mostrou que o segundo apresentou uma média geral do nível de evidenciação superior, nos três exercícios pesquisados, embora essa diferença não possa ser caracterizada como substancial. Apesar do padrão de divulgação IFRS ser mais recente com relação ao padrão Cosif, ainda assim ele demonstrou possuir um nível de evidenciação superior ao Cosif. De modo geral a média de evidenciação, nos dois padrões Cosif e IFRS, em nenhum período foi superior a 64%, sendo portanto insatisfatório, tendo em vista que os normativos legais deveriam ser totalmente cumpridos.

Também foi constatado que certos itens dos requerimentos de evidenciação apresentaram um nível de atendimento maior que outros. Com relação ao Cosif, os itens que

obtiveram maior grau de evidenciação foram os critérios de mensuração, estratégias de gerenciamento de riscos, classificação das contas patrimoniais e de compensação e garantias, enquanto o item que trata de transferência de ativos financeiros registrou o menor nível de divulgação. No que se refere ao IFRS, o item que trata de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos registrou maior nível de divulgação, enquanto os itens relativos às transferências de ativos financeiros, hedges de fluxo de caixa e de valor justo registraram menor grau de evidenciação.

Como limitações, se ressalta-se que a amostra envolvida na pesquisa é pequena em relação à população total, além disso, o estudo não permite fazer inferências para as demais instituições financeiras e nem para períodos futuros ou empresas de outros ramos de atividade.

Por fim, sugere-se como pesquisas futuras a expansão do período temporal, de modo a verificar a ocorrência ou não da tendência de crescimento do nível de divulgação dos instrumentos financeiros derivativos, além de trocar a população pesquisada para empresas não financeiras, a fim de verificar se os percentuais de divulgação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos são maiores ou menores do que nas entidades bancárias.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif)**. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/denorcusif/DOWNLOAD/nb-22.PDF>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Ranking dos 50 maiores bancos**. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>> Acesso em 13 jan 2014.

\_\_\_\_\_. **Bancos listados no BCB**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RELINST>>. Acesso em 13 jan 2014.

\_\_\_\_\_. **Cosif**. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorCosif:idxDenorCosif>> Acesso em: 4 jan 2014.

BM&F Bovespa. **O que são derivativos**. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/iniciantes/mercados-de-derivativos/o-que-sao-derivativos/o-que-sao-derivativos.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 19 nov de 2013.

BORGHI, Roberto Alexandre Zanchetta; FARHI, Maryse. Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes. **Estudos avançados**, v.23, n.66, p.169-188, 2009.

CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução nº 3786, de 24 de Setembro de 2009**. Disponível em <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res\\_3786\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3786_v1_O.pdf)> Acesso em: 18 de Nov 2013.

DÁROS, Leandro Luís; BORBA, José Alonso. Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos nas Demonstrações Contábeis: Uma análise das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade Financeira- USP**. São Paulo, n.39, p. 68-80, 2005.

EIZIRIK, Nelson. **Os Impactos das Novas Regras Contabéis da Lei nº11.638/2007**. II EDE, no seminário “Boa Governança no Sistema Financeiro Nacional”, p.1-14, 2008.

FIGUEIRAS, Claudio. **Manual de Contabilidade Bancária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FONSECHI, Juliana Grigol. **A divulgação de informações sobre derivativos no Brasil e a percepção de analistas e auditores**. 2011. 114 p. Mestrado em Ciências Contábeis- Programa Multiinstitucional e Inter – regional de Pós- graduação em Ciências Contábeis UNB/UFPB/UFRN, Universidade de Brasília. 2011

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **IAS 32**. Instrumentos Financeiros Apresentação. Disponível em < <http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Port2011/IAS32.pdf>>. Acesso em 20 Dez 2013.

**IFRS 7** Evidenciação. Disponível em <[http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/docs/consolidated/ifrs7\\_en.pdf&prev=/search%3Fq%3Difrs%2B7%2Bpdf%26biw%3D1366%26bih%3D673](http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ifrs7_en.pdf&prev=/search%3Fq%3Difrs%2B7%2Bpdf%26biw%3D1366%26bih%3D673)> Acesso em 21 de dez de 2013

LOPES et al. **Manual de Contabilidade e Tributação de Instrumentos Financeiros e Derivativos**. São Paulo: Atlas, 2011.

MOROZINI, João Francisco et al. Um estudo comparativo das normas nacionais e internacionais sobre derivativos. **Revista Capital Científico**, Paraná, v. 2 , n.1, p. 27- 45.2004

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005